

REPUDIAMOS O ESBULHO DOS SALÁRIOS

Já se sabia que se preparava o esbulho dos salários dos trabalhadores da função pública e também dos trabalhadores do sector empresarial do Estado. Era essa a proposta do Governo no Orçamento de Estado e foi esse o sentido do voto maioritário na Assembleia da República.

Mas só agora, após semanas do “diz-se que disse”, foi divulgada a verdadeira dimensão da espoliação dos salários, a que todos os trabalhadores da aviação estão sujeitos. Os CA’s da ANA, ANAM e PORTWAY foram os primeiros a aplicar na íntegra a resolução do Conselho de Ministros, logo em Janeiro. Seguiram-se a NAV e o Grupo TAP. A EMPORDEF e a EDISOFT, empresas de desenvolvimento de software com aplicação na aeronáutica, não quiseram ficar atrás. Apenas no Grupo SATA ainda não se conhece a extensão e a forma que o saque irá assumir, aguardando-se por uma informação da empresa aos trabalhadores. Porque razão o pagamento da crise cai sobre estes trabalhadores? Será porque estão mais à mão?

OS CORTES NOS NOSSOS SALÁRIOS VÃO PAGAR A PRIVATIZAÇÃO DAS EMPRESAS

No contexto de recessão que se vive no país, em que o espectro do desemprego, directa ou indirectamente, atinge praticamente todas as famílias, o impacto dos cortes nos salários é muito penalizante para os trabalhadores. E não se descortina qualquer efeito útil para o país. Efectivamente, os cortes nos salários dos trabalhadores das empresas do nosso sector não vão servir para pagar a dívida pública ou reduzir o défice. É dinheiro que fica nas empresas para as tornar mais apetecíveis no mercado das privatizações! Isto é, somos nós a pagar o despedimento dos nossos colegas da escala de Faro na SPdH. Somos nós a financiar, sem opção de escolha, a ANA, a ANAM, a TAP, a PGA, a SATA, a EMPORDEF, a EDISOFT, como se fôssemos obrigados a comprar acções dessas empresas e sem termos direito a elas nem aos dividendos. Somos nós a pagar, com a redução da massa salarial na NAV, o abaixamento das taxas de sobrevoos, que vai beneficiar não o país mas as companhias de aviação estrangeiras que utilizam o nosso espaço aéreo.

As medidas impostas não penalizam apenas os salários acima dos 1500€, mas também os salários inferiores que, juntando-lhes as evoluções, diuturnidades/anuidades, ajudas de custo e o trabalho suplementar, ultrapassem aquele valor. Num salário de 1000€, um trabalhador que deixe de evoluir e de receber a anuidade respectiva espectável, leva um corte que pode ultrapassar em média os 15%, atingindo potencialmente os mais jovens que tanto têm sido citados no discurso político do Governo.

UM GOLPE DE ESTADO NA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

O que pode ser menos visível, à priori, mas de maior importância, com repercussões gravíssimas no presente e no futuro, é o **bloqueamento da contratação colectiva**, um golpe insidioso do Governo em consonância com as pretensões do patronato que sempre procurou esvaziar e mesmo destruir a contratação colectiva.

Já todos percebemos que estas medidas são contraditórias com o fim que o Governo diz pretender atingir. Elas não contribuem para a redução do défice e muito menos para o desenvolvimento e o combate à

República e das leis deste país. Uma lei do orçamento que bloqueia todas as outras leis, se sobrepõe a elas e até põe em causa a própria Constituição da República, é um verdadeiro golpe de Estado.

E como se ainda fosse pouco, temos alguns a reclamar diariamente ao Governo que peça medidas de apoio ao BCE, que se renda à Senhora Merkl, que abra a porta ao FMI, que sobrecarregue com mais sacrifícios ainda os trabalhadores, deixando intocável o sector financeiro, a inchar com os lucros. E para complementar a encenação, já se admite a aplicação de medidas adicionais!

LUTAR EM TODAS AS FRENTES

No nosso Sindicato, seguindo com a maior atenção o desfecho do pedido suscitado na A.R da fiscalização da constitucionalidade destas medidas, entregue no Tribunal Constitucional pelos partidos BE e PCP, temos vindo a preparar a argumentação para suporte da contestação jurídica dos cortes salariais e do congelamento da contratação colectiva. O SITAVA tem intenção de instaurar processos de representação colectiva em nome dos associados atingidos pelas medidas de cortes salariais em todas as empresas onde esses cortes se verifiquem. Nesses processos, necessitaremos de exemplos concretos sobre os cortes dos salários, e em devido tempo irão ser pedidas aos associados cópias dos recibos de vencimento (o do mês do corte salarial e os de dois meses anteriores).

No próximo dia 3 de Março, os sindicatos do Sector da Aviação irão reunir-se para analisarem a situação laboral e após esta reunião informaremos os trabalhadores do que se passou e se foram encontrados consensos para possíveis actuações comuns.



O movimento sindical, através da CGTP, convocou todos os trabalhadores para uma manifestação nacional marcada para o dia 19 de Março. Juntando-se a esta acção de luta, o SITAVA irá apresentar um aviso prévio de greve para o período da manifestação, de modo a permitir a participação dos nossos associados que nesse sábado estejam a trabalhar e que pretendam juntar-se ao protesto.

O momento é muito difícil e complicado. Mas os trabalhadores, unidos na sua organização sindical, o SITAVA, saberão dar as respostas adequadas para contrariar este ataque inaudito aos salários e à contratação colectiva, que agrava a recessão económica. Só com a nossa luta determinada poderemos ajudar o país na sua recuperação económica e a emergir da crise para a qual não contribuímos e que agora somos chamados a pagar.

UNIDOS SOMOS MAIS FORTES!